

Cabral nega à Aliança primazia para analisar seu anteprojeto

BRASÍLIA — O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, disse ao deputado Ulysses Guimarães que não aceita submeter seu substitutivo à Aliança Democrática (PMDB e PLF) antes de apresentá-lo às lideranças de todos os demais partidos.

Propôs — e Ulysses aceitou — que todas as lideranças partidárias se reúnam no dia 20, quando apresentará e explicará um esboço de seu substitutivo, cuja redação final será entregue até dia 23. "Se privilegiar o PMDB, meu partido, e o PFL, estarei dando a oportunidade para que alguns líderes conheçam o substitutivo com cinco dias de antecedência, e outros não" — disse Cabral.

A idéia de que os líderes da Aliança Democrática deveriam receber o substitutivo de Cabral antes dos demais surgiu numa reunião, na terça-feira, entre o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o presidente do PFL, senador Marco Maciel. A data que surgiu nesse encontro foi dia 15, não aceita por Cabral.

Os critérios — Na reunião do dia 20, Cabral vai explicar aos líderes os critérios que adotou para a preparação de seu substituto, especialmente nos pontos mais polêmicos. Apenas num ponto Cabral pretende apresentar três versões diferentes aos líderes — o que trata do sistema de governo.

Cabral apresentará uma proposta de parlamentarismo puro, outra de presidencialismo puro (nos moldes da Constituição de 1946, com volta das prerrogativas do Congresso) e a versão já constante do atual projeto da Comissão de Sistematização, de um parlamentarismo misto, em que o presidente e o primeiro-ministro têm poderes equivalentes.

Depois de apresentar seu esboço aos líderes — bem como os critérios para aproveitamento das emendas dos parlamentares e as emendas populares — Cabral remeterá o texto final, dia 23, diretamente ao plenário da Sistematização. Negou que pretenda proceder à mudança de última hora. "A palavra final será do plenário" — afirmou.

Ulysses e Maciel assumem negociação

Os presidentes nacionais do PMDB e do PFL, deputado Ulysses Guimarães e o senador Marco Maciel, assumem, a partir de segunda-feira, o comando das negociações interpartidárias em torno da aprovação da nova Constituição. A informação foi prestada na Comissão de Finanças do Senado pelo senador José Richa, ao chegar para dirigir mais uma reunião do "Grupo dos 32", que enxugava o projeto de Constituição apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Segundo Richa, Ulysses e Maciel tomarão como base para as negociações o trabalho do Grupo dos 32, que pretende apresentar um projeto de Constituição com, no máximo, 240 artigos, e do chamado "Grupo do Consenso", comandado pelos deputados Euclides Scalco (PMDB-PP) e Alceni Guerra (PFL-PR). Este grupo deve apresentar propostas relacionadas com os cinco temas conside-

rados polêmicos: questão urbana, reserva de mercado e conceito de empresa nacional, presença do Estado na economia, meio ambiente e saúde e previdência social. As propostas do grupo deverão ser formalizadas até sexta-feira.

Reunião — O roteiro do trabalho de Ulysses e Maciel começa a ser elaborado às 8h de hoje, quando o deputado Euclides Scalco recebe representantes do Grupo dos 32 de Richa, e do Grupo do Consenso, dirigido por ele e Alceni, para o café da manhã, em seu apartamento.

Os dois grupos vão começar a discutir se unificam o trabalho paralelo que fizeram. Segundo Richa, o seu grupo enxugou o projeto de Bernardo Cabral, dando-lhe coerência e unidade e eliminando os exageros nele contidos. Para o senador, foi "um trabalho mais técnico". Já Scalco e Alceni procuraram trabalhar na questão urbana e na estatização dos serviços de saúde.

Richa apresenta propostas

BRASÍLIA — A estabilidade aos 90 dias de trabalho fica substituída pela "garantia do direito ao emprego mediante relação de trabalho duradoura e indeterminada." Cai a estatização dos serviços de saúde. A seguridade social não mais será financiada compulsoriamente por toda a sociedade, e lei complementar regulamentará o Fundo de Seguridade Social. O aborto fica vedado pela determinação de que cabe ao Estado garantir a vida desde a sua concepção.

Foram estas as principais propostas de modificação do projeto do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), aprovadas pelo "Grupo dos 32", presidido pelo senador José Richa (PMDB-PR). Até o começo da noite, o grupo acreditava que o projeto ficaria com apenas 244 dos 496 artigos originais. A última tarefa era discutir a questão da reforma agrária, sem hora para terminar.

Ao mesmo tempo, o "Grupo do Consenso", liberado pelos deputados Euclides Scalco (PMDB-PR) e Alceni Guerra (PFL-PR), decidia também propor modificações. Assim, as desapropriações de terrenos urbanos deverão ser pagas em títulos de dívida pública, à exceção de residências, que serão ressarcidas em dinheiro. Somente os serviços públicos de saúde poderão receber dotações oficiais e a contagem do tempo de serviço para aposentadoria será unificada. O grupo decidiu que a aposentadoria será aos 30 anos de trabalho, indistintamente, para homens e mulheres.

A discussão sobre a reforma urbana só emperrou quando o deputado José Serra (PMDB-SP) advertiu o grupo para a necessidade de se evitar que uma reforma urbana se torne pretexto para perseguições políticas ou pessoais. Serra propôs que um conselho estadual ou municipal controle as desapropriações. O grupo deverá se reunir de novo sexta-feira, para votar definitivamente as suas propostas.

Já o grupo de Richa decidiu propor a derrubada de vários impostos e contribuições que seriam pagos ao Fundo de Seguridade Social: contribuições de patrões e empregados sobre a folha de pagamento, adicional sobre prêmio de seguros privados, exploração de concursos de prognósticos (Loto e Loteria Esportiva) e atividades agrícolas. As contribuições que formarão o Fundo serão agora definidas em lei complementar.

Embora decidindo propor também a derrubada da estatização dos serviços de saúde, os liderados por Richa aprovaram uma emenda pela qual somente os serviços públicos do setor poderão receber dotações orçamentárias. Os serviços privados de saúde poderão receber empréstimos de bancos oficiais. Uma proposta inicial previa que todo o dinheiro público seria destinado exclusivamente aos serviços oficiais de saúde.

Richa e seus seguidores deixaram de lado a questão do mandato, o sistema de governo e a jornada de trabalho. Para a maioria, são temas polêmicos que só serão resolvidos pelo voto em plenário.